

28 set 2006

Nº 14

A queda da desigualdade e da pobreza no Brasil

Por Antonio Prado¹
Economista do BNDES

O salário mínimo subiu 97% de 1995 a 2006, enquanto a concentração de renda diminuiu O desenvolvimento brasileiro no século XX teve uma trajetória notável. O PIB cresceu em média 5% ao ano² – um dos maiores ritmos do mundo –, a economia transformou-se de agrário-exportadora para industrial, o mercado de trabalho urbano foi constituído, o sistema financeiro se sofisticou e os serviços públicos se ampliaram em todos os níveis de governo. No entanto, mesmo com uma crescente mobilidade social em boa parte do século, a desigualdade tem sido um estigma do padrão de desenvolvimento do país.

¹ Antonio Prado é economista, professor do Departamento de Economia da PUC-SP (licenciado), foi Coordenador da Produção Técnica do Dieese nos anos 90 e é responsável pelo escritório do BNDES em Brasília.

Somos a oitava sociedade mais desigual do mundo, quando considerada apenas a dimensão da renda³.

Reduzir a desigualdade é um formidável desafio. Em vários momentos da história recente, oportunidades foram perdidas. Nos anos 1970, apesar do espetacular crescimento econômico e da produtividade, a desigualdade cresceu. Entre os anos de 1993 e 1997, apesar do crescimento médio de 4% do PIB, tivemos um “jobless growth”, crescimento com pouca geração de empregos, que ampliou o trabalho informal. Nos anos seguintes, apesar do baixo crescimento, houve um lento, mas decisivo processo de redução das desigualdades, associado à

Visão do Desenvolvimento é uma publicação da Secretaria de Assuntos Econômicos (SAE), da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. As opiniões deste informe são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente o pensamento da administração do BNDES.

Quadro 1 - Variação do rendimento real domiciliar per capita, por quintil

(em %)

Quintil de rendimento domiciliar per capita	2002/2001	2003/2002	2004/2003 ⁽¹⁾	2005/2004 ⁽¹⁾	2005/2001 ⁽¹⁾
1o.	8,15	-6,35	10,49	10,78	23,96
2o.	2,20	-4,37	7,37	7,82	13,15
3o.	0,84	-3,98	5,75	7,05	9,61
4o.	0,06	-4,42	4,34	5,49	5,27
5o.	-0,59	-6,11	1,75	5,96	0,63
Total	-0,17	-5,40	3,27	6,38	3,75

Fonte: IBGE. PNAD.

Elaboração: OIT

desinflação, ao aumento do salário mínimo e a ampliação das políticas de transferências sociais.

O papel da desinflação é fundamental, já que é fato que os segmentos de baixa renda sempre foram os mais afetados pelas abruptas

acelerações de preços, principalmente em fenômenos de hiperinflação latente, como os que assolaram o país nos anos 80 e 90. Não houve política salarial e de salário mínimo que tenha sido capaz de proteger os salários dos vendáveis inflacionários. Manter a inflação abaixo dos dois dígitos e sem volatilidade

Entre 1993 e 1997, o PIB cresceu 4%, mas isso não gerou liquidamente empregos e ainda ampliou o trabalho informal

excessiva é fundamental para preservar o poder de compra dos assalariados. A desinflação ocorreu após o Plano Real, iniciado ainda em 1994, com a URV, que preparou a criação da nova moeda em junho daquele

ano. Mas continuou havendo surtos inflacionários. Em 1999, devido ao colapso da âncora cambial, que impôs uma correção das cotações do dólar; em 2001 e 2002, devido às crises externas nos EUA, Argentina e Venezuela.

A partir de 2003, a desinflação foi acompanhada de queda da volatilidade dos preços. Isso permitiu uma maior proteção dos rendimentos nos anos seguintes, de 2004 a 2006, principalmente os da base da pirâmide salarial. No período

² Cálculo realizado a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais disponíveis na base do Ipeadata, de 1901 a 2000.

³ Banco Mundial - Relatório de 2005 - World Development Indicators.

2001 a 2005, os 20% mais pobres têm um aumento real de 23,96%, enquanto a média de rendimentos sobe 3,75% (Ver Quadro I). O surto inflacionário eclodido no segundo semestre de 2002 afetou os rendimentos em 2003, assim como o desaquecimento econômico adotado

para debelá-lo. Mas a recuperação em 2004 e 2005 foi significativa,

principalmente nos rendimentos dos 20% mais pobres, que cresceram cerca de 10% real ao ano. Esses dados não revelam apenas o efeito positivo de uma inflação cadente, mas também o aumento real do salário mínimo e as transferências de rendas através das

De 2001 a 2005, os 20% mais pobres têm um aumento real de 23,96%, enquanto na média os rendimentos sobem 3,75%

políticas públicas.

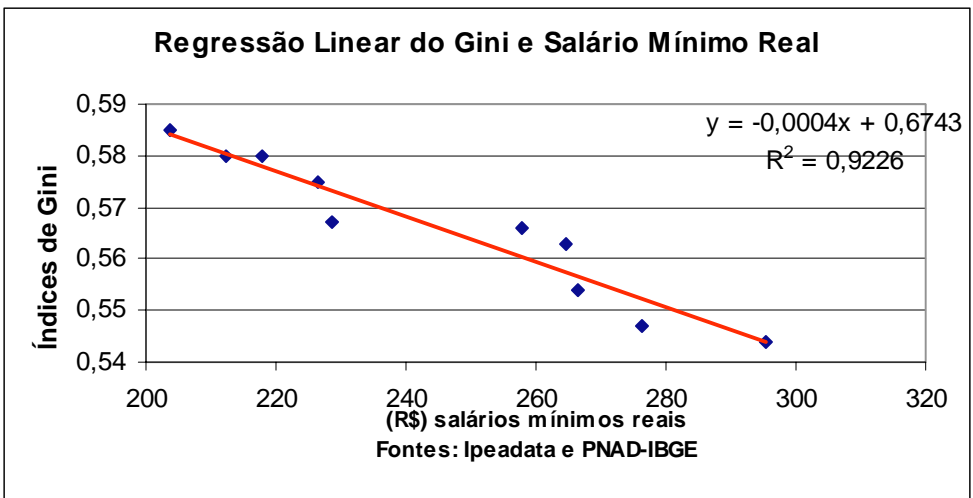
Em relação ao salário mínimo, como foi tratado no número 12 desse Visão do Desenvolvimento, há um debate sobre seu papel na redução das desigualdades e da pobreza. Como o salário mínimo é uma política de regulação do mercado de trabalho,

que tem justamente o objetivo de reduzir as desigualdades de

rendas pessoais, vamos primeiro analisar esse seu papel.

O índice de Gini é o indicador sintético mais usual em análises de concentração de renda. Ele flutua entre seu valor máximo, que é 1, e o seu mínimo, que é zero. Se o Gini é 1, a renda está concentrada to-

Gráfico 1



Quadro 2 - Evolução das despesas da União - 2000/2006 (em % do PIB)

	Média 2000/02	Média 2003/06 ⁽¹⁾
Despesa Total	16,6	17,6
1-Pessoal e encargos sociais	5,1	4,8
2-Benefícios previdenciários	6,3	7,3
3-Despesa do FAT	0,5	0,6
4-Subsídios e subvenções econômicas	0,3	0,5
5-Benefícios assistenciais (LOAS+RMV) ⁽²⁾	0,0	0,4
6-Outras despesas de custeio e capital	4,3	3,9
7-Programas sociais ⁽³⁾	3,0	3,0
8-Manutenção da Máquina	0,5	0,4
9-Investimentos	0,9	0,5
10-Transferências ao Banco Central	0,0	0,0
11-Despesas do Banco Central	0,1	0,1
"Gastos Sociais" - (2)+(5)+(7)	9,3	10,7
"Investimentos e Incentivos Públicos" -(3+4+9)	1,7	1,6
"Custo da Máquina" - (1)+(8)	5,6	5,2

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Obs. Tabela atualizada de estudo publicado no Visão no. 6

Notas: (1) Para 2006, o número refere-se ao acumulado em 12 meses até junho.

(2) LOAS = Lei Orgânica da Assistência Social; e RMV = Renda Mensal Vitalícia.

(3) Incluem gastos com: saúde; educação e cultura; saneamento básico; e combate à pobreza.

talmente em uma pessoa; se é zero, está perfeitamente distribuída entre todas as pessoas. Apresentamos um exercício econométrico simples para demonstrar que não tem sentido excluir o salário mínimo dos fatores de determinação da desigualdade. O Gráfico I apresenta uma regressão linear entre os índices de Gini⁴ e os salários mínimos reais nos anos de 1995 a 2005. O salário mínimo real subiu 97% de 1995 a 2006, continuamente, e a

concentração de renda diminuiu. Pode haver coincidências em correlações estatísticas, mas essa não é uma delas, pois esse é justamente o efeito esperado de uma política de salário mínimo consistente.

À redução da inflação e de sua volatilidade e ao aumento real do salário mínimo, foi acrescentado o aumento dos gastos sociais. Esse cresceu o equivalente a 1,4% do PIB entre 2000/02 a 2003/06, como indicou o estudo divulgado no número 06 desse Visão do Desenvolvimento (Ver Quadro II). A ampliação

⁴ Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos.

do gasto social é resultado do aumento real do salário mínimo, que corrige 80% dos benefícios; da criação de novos direitos, como, por exemplo, o Estatuto do Idoso; e da implementação do Programa Bolsa Família, que consolidou vários programas que estavam dispersos, melhorou a qualidade e principalmente ampliou sua abrangência, o que a denota prioridade dada aos investimentos sociais. O Bolsa Família é fator de redução da pobreza e da desigualdade,

A pobreza será reduzida em dois terços até 2015 se a queda média dos anos 2004-2005, de 3,3 milhões, for mantida

de, como vários estudos do IPEA já comprovaram.

Identificados os principais fatores de redução da pobreza e da desigualdade, é preciso apresentar os dados mais recentes sobre esse processo, aportados pela PNAD-2005 e alguns estudos preliminares sobre o assunto.

Desde 1999, a indigência caiu em 4,6 milhões de pessoas e a pobreza, em 4,9 milhões. São números excelentes. Se a queda média dos anos 2004-2005, de 3,3 milhões for,

Quadro 3 - Evolução da Pobreza e Indigência no Brasil (1999 a 2005)

Anos	Indigência	Var.absoluta	Var. Relativa
1999	17.935.064		
2001	18.874.859	939.795	5,24%
2002	16.911.577	(1.963.282)	-10,40%
2003	19.981.065	3.069.488	18,15%
2004**	16.827.400	(3.153.665)	-15,78%
2005**	13.337.293	(3.490.107)	-20,74%
1999-2005		(4.597.771)	
Pobreza			
1999	44.641.523		
2001	45.761.827	1.120.304	2,51%
2002	44.674.012	(1.087.815)	-2,38%
2003	46.306.243	1.632.231	3,65%
2004**	44.160.829	(2.145.414)	-4,63%
2005**	39.737.652	(4.423.177)	-10,02%
1999-2005		(4.903.871)	

** Para garantir a comparabilidade com os demais anos, as áreas rurais da chamada antiga Região Norte foram excluídas.

Fonte: PNAD-IBGE

Elaboração: Antonio Ibarra - consultor do IPEA

mantida, a pobreza será reduzida em dois terços até 2015. As prioridades nas políticas de transferência de renda, de valorização do salário mínimo e de crescimento com estabilidade são contribuições fundamentais para essa trajetória de redução da pobreza.

Os resultados já alcançados são substantivos:

1- A saída de 3,5 milhões de pessoas da linha de indigência e de cerca de 5 milhões da linha de pobreza;

2- O crescimento de 15% reais nos rendimentos domiciliares per capita dos 20% mais pobres;

3- A aceleração na redução das desigualdades de rendas pessoais.

A ampliação dos gastos com o Programa Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo, o controle sobre a inflação e o avanço dos salários reais sugerem que os resultados de 2006 serão ainda melhores que os recordes observados em 2005.



Se você quer receber os próximos números desta publicação envie e-mail para visao.do.desenvolvimento@bndes.gov.br.